



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
DO DIA 23 DE MARÇO DE 2015**

HORA: 9H30

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

EXECUTIVO

PRESIDENTE: Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

VEREADOR: Joãa Manuel Gouveia da Costa

VEREADOR: Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR: José Rodrigues Paredes

VEREADOR: António Joaquim Fernandes

VEREADOR: Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

VEREADOR: Manuel Adérito Figueira

SECRETARIADO POR: João Areias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Contém _____ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

PRESIDENTE: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

Rua General
Alvas Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 8/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO

O PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO: JOSÉ RODRIGUES PAREDES

VEREADORES PRESENTES: JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA
LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES
ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES
CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS

SECRETARIOU: JOÃO AREIAS, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

HORA DE ABERTURA: 9H30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 14H00 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1.1** Aprovação da Ata da reunião ordinária anterior.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 2.1** Resumo do diário de tesouraria do dia 2015/03/17.
- 2.2** Pedido de substituição de licença de táxi, em que é requerente “Táxis Carlos Rodrigues, Lda.”, por motivo de substituição do veículo afeto à licença.
- 2.3** Pedido de substituição de licença de táxi, em que é requerente João Ricardo Pereira Pires, por motivo de transmissão da licença.
- 2.4** Proposta de realização de um procedimento para aluguer de equipamentos – parque de cópia e impressão e outras valências.
- 2.5** Presente proposta de protocolo de cooperação com a delegação de Sabrosa da APPACDM – realização de um estágio.
- 2.6** Presente proposta de criação de entidade SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços) – aquisição.
- 2.7** Presente informação referente ao Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – POVT-65-2014-88 – Contrato de partilha de poupanças líquidas.
- 2.8** Presente informação comunicando que foi necessário efetuar a 2.ª modificação aos documentos previsionais de 2015, tendo sido aprovada em 13/03/2015.
- 2.9** Presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Alijó – alteração do artigo 48.º.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

O Presidente da Câmara em exercício em resposta ao munícipe que interveio, transmitiu que a ordem de trabalhos poderá ser publicada, aquando do envio aos Srs. Vereadores.

Relativamente à ECOAR e como prometido traz, não um ponto de situação, mas uma evolução. Desde a última Reunião de Câmara tem-se constatado que a empresa em causa não tem laborado com frequência diária.

O Vereador João Manuel Gouveia da Costa disse que lamenta, porque teve conhecimento que foram descontados 5% do vencimento de um trabalhador da ECOAR para pagar a segurança social, cujo pagamento compete à entidade patronal.

Tomou a palavra o Vereador Miguel Rodrigues que disse:

“- Estamos a iniciar uma fase crucial no que respeita aos fundos comunitários do novo quadro comunitário de apoio, designado por “Portugal 2020”. O Programa Operacional Regional do Norte foi já apresentado e prevê a aplicação durante os próximos anos de 3,4 mil milhões de Euros de verbas comunitárias. São já conhecidos os quatro programas temáticos - "Competitividade e Inovação", "Inclusão Social e Emprego", "Capital Humano" e "Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos" - acrescendo, ainda, a afetação de verbas provenientes do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.

Uma parte destes fundos tem como destinatárias as entidades públicas e, em concreto, as autarquias locais.

Questiono assim o executivo permanente sobre se tem um pensamento nesta matéria fundamental e, tendo-o, qual é a sua estratégia.

- O Governo apresentou recentemente a descentralização de competências para os municípios nas áreas de Educação, Saúde, Cultura e Segurança Social, tendo sido já publicado o decreto-lei que define quais as competências que podem ser transferidas para as autarquias.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

É uma matéria que deve ser encarada com muito cuidado pelos municípios, pois a aceitação de competências terá de ser acompanhada dos recursos financeiros necessários, para que se não tornem “presentes envenenados” para as autarquias.

Questiono também aqui se o executivo permanente tem algum pensamento nesta matéria.

- Pretendo também colocar uma questão sobre o acordo coletivo para o horário de trabalho dos funcionários camarários, que há já cerca de um ano foi remetido para o Governo para homologação, sem resposta, pelo menos que seja do nosso conhecimento. No passado dia 11/03, o Secretário de Estado da Administração Pública referiu que está a negociar diretamente com as autarquias e que o Governo colocou condições, como compromissos sobre contenção das despesas com pessoal.

A questão que coloco é se a Câmara de Alijó foi contactada pelo Governo para este efeito.

- Outra questão relaciona-se com o “licenciamento zero”, que prevê uma simplificação administrativa ao nível da abertura, alteração de estabelecimento comercial, esplanadas, alojamento local, entre outras atividades para as quais passa a bastar uma comunicação prévia ao Município, com as alterações recentes na legislação.

Desde o início do ano que está em funcionamento o Balcão Único do Empreendedor que, segundo informação do Governo, integra todas as Câmaras.

Questiono se a Câmara de Alijó tem já registados atos de comunicação prévia no âmbito do Balcão Único do Empreendedor.

- Trago aqui de novo a matéria relacionada com as coberturas de fibrocimento contendo amianto em edifícios municipais. Já foi aqui levantada na reunião de Câmara de 23 de fevereiro e, nessa ocasião, aqui recomendado que se procedesse ao levantamento das situações existentes, de modo a apurar o seu estado de conservação e, no caso de se encontrarem degradados com perigo para a saúde pública, serem tomadas as medidas necessárias para a sua remoção.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Decorrido um mês, questiono se esse levantamento foi efetuado ou pelo menos já iniciado. Realço que entre esses edifícios existem escolas EB1 e que a responsabilidade pela manutenção desse parque escolar é do Município e que em 2013 e 2014 o Governo celebrou acordos de colaboração com diversas autarquias, para implementação do “Programa de Remoção Faseada das Coberturas de Fibrocimento das Escolas”, pelo que a Câmara de Alijó deve procurar informar-se nesse sentido.

- Em relação às informações aqui trazidas hoje pelo Vice-Presidente sobre o *Call Center*, o que tenho a dizer é o seguinte:

Em Outubro de 2014, votei contra o protocolo celebrado entre a Câmara e a empresa privada para instalação do *Call Center*, por entender que os termos desse protocolo não respeitavam os interesses do Município, o que fundamentei detalhadamente. O tempo deu razão àqueles que no Executivo se opuseram a essa proposta.

Mas se os interesses do Município não foram salvaguardados na altura, que o sejam agora. É patente que existe um incumprimento por parte da empresa que gere o *Call Center*, pelo que a Câmara deve apurar responsabilidades e exigí-las, devendo ser compensada dos gastos em que incorreu, o que já deveria ter sido feito.”

O Vereador António Joaquim Fernandes tomou da palavra e manifestou o seu agrado pela presença do público nesta Reunião de Câmara.

Deixa também um voto de melhoras ao Presidente da Câmara.

Disse que gostaria de felicitar a Presidente da União de Freguesias de Carlão e Amieiro pela contínua promoção do que é produzido no concelho. Considera que é pela via da produção que se vislumbra um futuro melhor para o concelho. Deseja que a Câmara Municipal, a exemplo da referida União de Freguesias, crie um evento que seja capaz de motivar as pessoas a visitar o concelho de Alijó.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Quanto ao “*contact center*”, da empresa ECOAR, nunca acreditou no bom desempenho dessa firma, porque desde a primeira hora lhe pareceu um “embuste”, tendo em conta os incentivos proporcionados pelo Município a esta empresa de Vila Real, comparando com outros empregadores já instalados no concelho. Tudo poderia ter sido evitado se tivessem ouvido os Vereadores que votaram contra este protocolo prejudicial aos interesses da Câmara. Já diz o povo que “quando a esmola é grande, o santo desconfia”. A Câmara deveria ter procurado mais informação sobre esta empresa, pois tudo indicava que não iria correr bem, embora desejasse que sim. Ainda bem que o Executivo permanente teve o bom senso de quando lhe pediram outra sala, não lha ter cedido, porque nem as anteriormente disponibilizadas foram capazes de ocupar. Considera que este Executivo deveria ter mais em conta a opinião e votação da oposição.

Esta empresa demonstrou, desde a 1.^a hora, que queria as coisas muito à sua maneira e em total desinteresse pela conveniência do município de Alijó.

Quanto à Presidente da União de Freguesias de Carlão e Amieiro foi aqui dito, em tempos, que tudo corria bem, todavia agora, algo se alterou. Face a tudo o que se cedeu à empresa (água, luz, espaço físico, entre outros) devem ainda estar à espera que se lhe ofereça o equipamento! Questiona como é possível, terem-se mudado pra Vila Real sem nada comunicarem à Câmara Municipal de Alijó? Neste momento, e porque considera que é um assunto jurídico, entende que é dessa forma que este assunto deve ser tratado.

Quanto à promoção do “Portugal 2020”, esteve presente, mas não viu nenhum elemento do Executivo nesse evento, pelo que registou a ausência de quem emprestou o salão nobre da câmara e depois não esteve presente para receber os visitantes e munícipes.

Relativamente à unidade móvel, disse que não se dá por esse carro nas estradas do concelho, o que é uma pena. Depois falta o regulamento. Ora, uma candidatura a fundos comunitários, numa ordem de grandeza de 50.000€/60.000€ deveria ser um investimento preparado, de forma a ser mais rentabilizado, e funcionar de maneira a ajudar, tal como prometido, as instituições sem fins lucrativos e os munícipes mais necessitados.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

No que se refere às cartas de conforto, recorda que em 2014 existiam em plano e orçamento 90.000€ para distribuir. O certo é que esse dinheiro foi desviado para a Festa dos 500 anos do Foral de Alijó e as instituições de solidariedade, bombeiros e outras do concelho, foram abandonadas, pondo em causa a qualidade dos serviços que prestam aos seus utentes, porque estavam a contar com esse dinheiro para suprir as suas necessidades. Entende que o associativismo é fundamental, porque quem não tem associações não tem dinâmica de desenvolvimento.

Com tantas preocupações ambientais ainda não foi efetuado o levantamento sobre eventuais situações de existência de fibrocimento em edifício da Câmara. Acrescenta que por algum lado tem que se começar. Daí insistir neste assunto e se começar pelo levantamento das necessidades e posteriormente com o início do trabalho faseado.

Propõe que se empenhem neste assunto e noutros, como por exemplo, o boato de que a Câmara se prepara para vender o aeródromo. Se for verdade é mais uma vez a desfazerem-se de património. Seria uma pena que fosse efetuada a venda de tão grande património, o maior a norte do concelho.

Questiona ainda se irá ocorrer alguma reunião relacionada com os baldios.

O Vereador João Manuel Gouveia Costa disse que, relativamente à ECOAR, já foi dito o suficiente e necessário para a Câmara Municipal agir. Acrescenta que quando votou favoravelmente pensou que seria uma forma de criar postos de trabalho. No entanto, quando surgiram as primeiras situações, alertou a Câmara Municipal. Considera que neste momento, a Câmara deve fazer valer juridicamente os seus direitos.

Felicita a Presidente da União de Freguesias de Carlão e Amieiro pela realização da Feira dos Sabores, outras haviam de aparecer.

Questiona qual o ponto de situação de uma habitação sita junto à Câmara Municipal, que se encontra muito degradada.

Refere ainda que alguns funcionários colocaram a questão de como foram constituídos os júris do PEPAL.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Em resposta ao Vereador António Joaquim Fernandes sobre a eventual reunião de baldios, o Presidente da Câmara em exercício informou que o Parque Natural do Tua quer plantar sobreiros, pelo que solicitou à Câmara Municipal indicações. Como se sabe o sobreiro não se dá em todo o lado, pelo que foi efetuado um levantamento de terrenos favoráveis. Talvez neste sentido os serviços técnicos tenham contactado as Comissões de Baldios. A área a reflorestar são 50 hectares para os 5 concelhos.

Sobre o júri dos procedimentos do PEPAL, o Vereador António Joaquim Fernandes teceu um comentário sobre a constituição dos mesmos “como os outros”, ao que pergunta qual o horizonte da sua apreciação?

Quanto à casa em ruínas, informa que há dúvidas quanto à existência, ou não, de herdeiros. Já foi solicitado à técnica da autarquia, Eng.ª Zélia, apoio na resolução desta situação, tendo-lhe trazido dúvidas, pelo que já foi solicitado apoio ao Dr. Márcio Ribeiro.

Relativamente ao aeródromo, e como começou por dizer o Vereador António Joaquim Fernandes, é um boato e não passa disso.

No que concerne ao amianto, disse que na semana anterior saiu no jornal “A Voz de Trás os Montes” uma notícia em que o Vereador Miguel Rodrigues teria levantado esta questão. Gostaria que não fossem criadas ondas para cavalgar neste assunto. Considera que este alarmismo não faz sentido, porque a população fica preocupada.

Quanto às cartas de conforto disse que houve uma altura em que, de forma irresponsável, foram saneados e não houve qualquer desvio. Mais, a comemoração dos 500 anos do Foral não foi uma feira, foi sim um ato muito nobre.

No que se refere à unidade móvel, disse que não percebe onde é que o Vereador António Joaquim Fernandes foi arranjar a ideia dos 50.000€/60.000€; acrescenta que o regulamento está a ser elaborado, e que será oportunamente presente em Reunião de Câmara.

Relativamente à Feira em Carlão, disse que ficou agradavelmente surpreendido pela moldura humana, e foi com surpresa que constatou que os *stands* estavam todos



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

preenchidos. Acrescenta que foi um evento muito positivo pelo que felicita a Presidente da União de Freguesias de Carlão e Amieiro.

Quanto à realização de um grande evento no concelho, informa que está em estudo, de forma a poder ocorrer na altura das vindimas.

No que se refere ao novo quadro 2020, a Câmara Municipal esteve presente com dois técnicos. É já a segunda vez que se realiza este evento. De futuro serão os serviços de estratégia e empreendedorismo a tratar todas as questões relativamente a candidaturas.

Disse que, no que se refere ao horário de trabalho, a Câmara Municipal não foi contactada nesse sentido.

Relativamente ao licenciamento zero, a ideia que passou foi que se traduziria na ausência de licenciamento. Nota-se que há tendência crescente de processos entrados, mas é ao munícipe que cabe a responsabilidade. A Câmara Municipal de Alijó tem que aumentar a fiscalização, todavia vai-se verificando falta de recursos.

Foi deliberada, por unanimidade, a alteração da próxima data da Reunião de Câmara, que se realizará no dia 7 de abril de 2015, às 16h00.

Pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

“Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação.”

»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»» **DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA** ««««««««««««««««««««

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária de 06/03/2015.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Deliberação: aprovada por unanimidade.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2015/03/17 apresentando um total de disponibilidades 5.971.719,66€ sendo 5.306.886,03€ de dotações orçamentais e 664.833,63€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

2.2 Pedido de substituição de licença de táxi, em que é requerente “Táxis Carlos Rodrigues, Lda.”, por motivo de substituição do veículo afeto à licença, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovada a substituição, nos termos da informação técnica.

2.3 Pedido de substituição de licença de táxi, em que é requerente “João Ricardo Pereira Pires”, por motivo de substituição de transmissão licença, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovada a substituição, nos termos da informação técnica.

2.4 Proposta de realização de um procedimento para aluguer de equipamentos – parque de cópia e impressão e outras valências, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, retirar o presente assunto da ordem de trabalhos, remetendo-o aos serviços técnicos.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2.5 Presente proposta de protocolo de cooperação com a delegação de Sabrosa da APPACDM – realização de um estágio, com Flávia da Silva Teixeira, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovada a celebração do protocolo, nos termos da informação técnica e depois de garantidos os competentes cabimento e compromisso.

2.6 Presente proposta de criação de entidade SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços) – aquisição, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovada a criação de entidade SIBS, nos termos da informação técnica.

Mais foi deliberado endereçar convite às entidades bancárias existentes no concelho de Alijó.

2.7 Presente informação referente ao Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – POVT-65-2014-88 – Contrato de partilha de poupanças líquidas, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovado o presente Contrato de partilha de poupanças líquidas. Foi ainda deliberado designar o Presidente da Câmara como representante da Câmara Municipal de Alijó, com poderes para outorgar o mesmo.

2.8 Presente informação comunicando que foi necessário efetuar a 2.ª modificação aos documentos previsionais de 2015, tendo sido aprovada em 13/03/2015, para tomar conhecimento, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2.9 Presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Alijó – alteração do artigo 48.º, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovada a presente alteração. Foi ainda deliberado submeter o presente assunto à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.1 Presente informação UOF OSU/62 propondo a venda de sucata sob forma de hasta pública, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovada a venda de sucata, nos termos da informação técnica.

3.2 Presente informação DOU/OPM/2015/78 referente à prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de abril de 2015, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovada a prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de abril de 2015.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

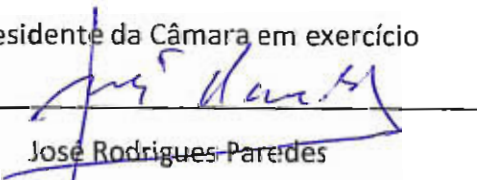
4.1 Presente processo 2/2015-CPDES, em que é requerente Armando José Correia Madeira, referente a um pedido de destaque, sito na Estrada Nacional n.º 322, em Favaios, para ratificar, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, ratificado o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, exarado em 03/05/2011, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 07/04/2015, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara em exercício, e por mim, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.

O Presidente da Câmara em exercício



José Rodrigues Paredes

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



João Areias